

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda dirigiu recentemente ao Governo, através do Ministério da Educação, a pergunta 274/XIV/1 sobre Lay-off e situação pedagógica da Academia de Música de Almada, com base em informações que nos chegaram através de trabalhadores da Academia de Música de Almada. Esta questão foi também identificada pelas estruturas sindicais. A Academia de Música de Almada (AMA) é uma escola de ensino especializado da Música da rede do Ensino Particular e Cooperativo, sob a tutela do Ministério da Educação, pelo que a decisão de entrar em lay-off gera legítima preocupação.

Entretanto, o GPBE foi contactado pela Direção da Academia de Música de Almada, que prestou esclarecimentos e alertou para a situação financeira em que se encontram as escolas de ensino artístico que prestam serviço público mas dependem do financiamento de aulas privadas. Entre outros esclarecimentos, a Almamúsica Produções Musicais Limitada / Academia de Música de Almada informou o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda que esta instituição é frequentada por 197 alunos em regime articulado, com financiamento a 100%; 12 alunos em regime supletivo, com financiamento a cerca de 45%; 39 alunos em Iniciação Musical, com financiamento a cerca de 33%; e 108 alunos auto-financiados.

Apesar do financiamento público total do regime articulado e parcial do regime supletivo, a Academia de Música de Almada alega que “com o agravamento da situação financeira das famílias, a partir do mês de abril, os alunos auto-financiados, os de Iniciação Musical e os alunos em regime supletivo, viram a sua mensalidade reduzida em 50%, tendo mesmo alguns deles sido isentados da totalidade do pagamento”. Apresentando como razões para o lay-off parcial (40%): o facto de a instituição estar “em situação de crise financeira”, e “o intuito de não colocar em risco os postos de trabalho dos professores e funcionários”. Num momento como estes estas escolas não conseguem manter a sua atividade.

Sendo o Ensino Artístico uma componente integral e necessária à Escola Pública, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda está preocupado com situações como esta. Por um lado, é importante perceber se o subfinanciamento do ensino artístico articulado e supletivo está a

comprometer a situação financeira e a empurrar estas escolas para o lay-off. Entre outras variáveis, o financiamento tem de prever as valorizações salariais dos trabalhadores e o seu direito à progressão na carreira.

Por outro lado, é preciso acautelar o futuro do Ensino Artístico num contexto de crise social e económica. Como a oferta pública ainda não é suficiente, é responsabilidade do Governo garantir que estes alunos têm acesso a uma resposta educativa de qualidade noutras instituições. Estas escolas não respondem apenas perante o mercado privado de educação mas também pelo serviço público. É por isso que é tão importante esclarecer e evitar casos de lay-off e outras situações que possam afetar a resposta aos alunos, assim como acautelar os direitos laborais dos docentes e trabalhadores.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Educação, as seguintes perguntas:

1. Tem o Ministério da Educação conhecimento de outras situações similares à da Academia de Música de Almada?
2. Pondera o Ministério da Educação rever o financiamento do Ensino Artístico?
3. De que forma irá o Ministério da Educação atuar para responder aos problemas que se colocam ao Ensino Artístico no contexto da crise sanitária, económica e social da Covid-19?

Palácio de São Bento, 27 de maio de 2020

Deputado(a)s

JOANA MORTÁGUA(BE)

ALEXANDRA VIEIRA(BE)

SANDRA CUNHA(BE)